

5. Conclusão

As embaixadas enviadas pelos reinos da costa africana com destino a Salvador, à Corte e ao Rio de Janeiro realizavam longos trajetos e passavam por experiências originais. Em seu retorno, os embaixadores levavam cartas com respostas da sua missão diplomática e, cremos, com histórias a serem contadas sobre o que viram e ouviram. O retorno não era um momento em que a comunicação política entre os reinos acabava, mas era o fim de um ciclo. Tal qual as embaixadas, este é um momento de fechar um ciclo e de concluir alguns pontos trabalhados nesta dissertação; de pensar quais foram os objetivos que propomos nessa nossa “missão diplomática”, como foi a recepção (a escrita e discussão historiográfica) e os resultados da mesma.

No projeto que originou esta dissertação, meu principal objetivo era desenvolver uma reflexão sobre as embaixadas de reinos africanos, em especial da costa da África, também conhecida como Costa da Mina, em terras americanas de Portugal, através da análise das correspondências trocadas e de alguns relatos de viagem. Além disso, pretendia abordar uma nova interpretação das relações políticas entre as duas margens do Atlântico, sob a perspectiva cultural, desvelando o modo como os agentes sociais se posicionavam nas ações políticas locais e transoceânicas, e a forma como lidavam com o mundo que viviam.

Acredito que esses objetivos foram, em linhas gerais, cumpridos ao longo dos capítulos, no qual procuramos discutir o estabelecimento das relações entre Portugal e a Costa da Mina; ressaltando as formas de manifestação do poder das partes envolvidas nas embaixadas e problematizar os agentes que mediavam essas relações. A ênfase na experiência africana foi a tônica desta dissertação, ainda que o envio de uma embaixada suponha a participação de duas partes.

Deste modo, identificamos que as relações diplomáticas não eram novidades para os reinos africanos; nem mesmo alguns de seus rituais, como a

troca de presentes. De igual forma, a estrutura política destes reinos era complexa. No Daomé, por exemplo, a administração foi organizada de modo a estabelecer uma relação com os europeus que visitavam as praias em busca do comércio dos cativos, e que estes mesmos europeus deveriam se submeter às regras estabelecidas pelo rei, caso desejassem fazer comércio em determinado porto.

Ao mesmo tempo, problematizei o contexto em que essas embaixadas são encaminhadas, revelando momentos de tensão entre os reinos da própria costa africana, que estavam em recorrentes guerras em busca de cativos para venda, no intuito de limitar a ação de outro reino no tráfico. Além da tensão entre Portugal e os reis africanos, agravada pelas constantes intromissões do reino daomeano na administração da fortaleza de Santo Antonio de Ajudá, com tentativas iniciadas na segunda metade do século XVIII de acabar com o tráfico.

A dissertação também permitiu adentrar em alguns aspectos da cultura religiosa e política destes reinos, através da análise das correspondências e dos relatos de viagem. O direcionamento metodológico para tal foi indicado por Robert Darnton.¹ Para este autor, a cultura é uma chave para o entendimento da realidade histórica, pois permite a compreensão do outro em sua especificidade. Isto só foi possível mediante o trabalho de análise documental, que permitiu interpretar os símbolos compartilhados e os aspectos mais opacos; ou aqueles, como os relacionados aos sacrifícios humanos, aos quais não é possível dar inteligibilidade, para que uma carta tivesse uma boa recepção de imediato por parte do destinatário.

Ainda que o objetivo primeiro das embaixadas fosse as relações comerciais que o tráfico negreiro proporcionava, foi possível entrever os modos como esses reinos se representavam e como lidavam com determinado contexto.

Este tipo de análise nos encaminhou para a relação entre cultura e poder sob dois aspectos: o poder simbólico e a escrita e/ou conhecimento de uma língua como forma de poder. Para esta perspectiva de análise, o sociólogo Georges Balandier nos ofereceu um ponto interessante, visto que trabalha com sistemas políticos e encenações do poder de reinos da costa ocidental africana.²

¹ DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. (2ª edição). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Introdução.

² BALANDIER, G. L'antropologie africaniste et la question du pouvoir. *Cahiers internationaux de sociologie*, vol. 65. Paris: Les Presses Universitaires de France, julho-dezembro de 1978; e BALANDIER, G. *Poder em cena*. Brasília: Ed. UNB, 1982.

No primeiro caso, abordamos alguns aspectos “opacos” encontrados nas correspondências, tecendo uma rede em que pudéssemos vislumbrar diferentes aspectos da cultura do reino do Daomé, seja de elementos pertencentes ao próprio reino, como o culto ao deus Legba/Leba, como elementos que foram incorporados pelo contato com a cultura europeia. Relembro a solicitação de “cachorrinhos felpudos” como exemplo.

Com o quadro montado com os agentes que se envolveram nas embaixadas, e os aspectos culturais que permeavam a vivência dos mesmos, procurei problematizar a forma pela qual se dava essa comunicação: através das cartas e em língua portuguesa. Apontamos para os diferentes mediadores que serviram de intérpretes nestas missões diplomáticas, seja traduzindo para o português, seja para as línguas locais africanas, conforme a análise das cartas aponta. Estas mesmas cartas, escritas em português, se revelaram meios em que as tensões eram expostas não só no que diz respeito aos interesses do rei africano que mandava escrevê-las, mas do próprio escrivão. Escrever é poder, como apontou a historiadora portuguesa Catarina Madeira³. Isto era de conhecimento do próprio reino português, que se organizou burocraticamente através da escrita; mas também do próprio rei africano, que reconhece que “não sabe ler nem escrever”,⁴ mas que necessita de alguém que saiba fazê-lo para se comunicar com os representantes do governo português. A carta de 1810 é sintomática neste sentido, quando levanta a hipótese de que poderia ter sido escrita por um daomeano, fazendo-nos pensar nos usos e apropriações da língua portuguesa, para que a comunicação entre as partes fosse efetivada.

Ao final desta jornada, percebi que a “fiel amizade” estabelecida entre esses reinos através do comércio garantiu uma relação de certa tolerância com as práticas de um e de outro reino. É bem verdade, que Portugal tolerou as

³ MADEIRA, C. S. Escrever e poder - os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. *Revista de História*. N. 155, 2º semestre, 2006. pp. 81-95.

⁴ Carta enviada pelo Príncipe dom João ao rei do Daomé (06/01/1796). In: *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe regente d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos; estabelecimento do comércio; furtos e roubos feitos por portugueses; irregularidades nos portos da região; substituição do diretor da Fortaleza de Ajudá; envio de emissários à Bahia; guerra nos sertões de Maquinez, de Nagós, e Porto Novo; confirmação dos laços de amizade entre Portugal e Daomé para facilitar o comércio de escravos; compra de produtos da terra sem tributação e pagamento de serviços de "jornaleiros" quando utilizados* (Originais e cópias de época). IHGB.

“incivilidades e barbaridades”⁵ dos régulos africanos porque seu interesse era garantir mãos que pudessem trabalhar nas lavouras da Bahia e de Pernambuco, capitanias que recebiam grande parte dos escravos da Costa da Mina. Do outro lado do Atlântico, o reino do Daomé parecia não tolerar a má administração da fortaleza portuguesa que, em muitas situações, prejudicava o comércio de cativos; chegando até mesmo a expulsar alguns diretores de fortes. Entretanto, ofereceu todas as possibilidades que tinha para garantir a exclusividade comercial de seu porto com Portugal, o que não ocorreu.

Este trabalho procurou contribuir com os estudos que tratam das relações entre o continente africano e a América portuguesa, enfatizando que não houve submissão de um reino pelo outro e que, apesar das tensões, os reinos abordados nesta dissertação procuravam manter uma relação em que demonstravam o poderio de seus reinos através de símbolos expressos nas correspondências.

Tensões e demonstrações de poder permearam as missões diplomáticas estudadas no período, mas isso não foi um impedimento para que as relações fossem mantidas ao longo de quase setenta anos. Foram essas mesmas tensões que garantiram a riqueza de informações e tentativas da análise que fiz. Nesta missão que empreendi, vejo o que eu pretendi e o que efetivamente consegui fazer, na certeza de que, aquilo que não pode ser alcançado, pode encontrar numa outra embaixada a possibilidade de lograr êxito.

⁵ Carta do governador da Bahia, Fernando José de Portugal, para o secretário de Estado Português (31/12/1796). In: *Cartas, relatórios e outros documentos relativos à visita dos Embaixadores do Rei de Dahomey*. Queluz, Abomé, fevereiro de 1796. 8 documentos. Originais e cópias. 10 folhas. Localização: I-34,2,20 Microfilme: MS-512 (51) Documento 563. Fundação Biblioteca Nacional / divisão de Manuscritos.